

DIREITO DOS RECURSOS NATURAIS E DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Ano Letivo 2022/2023

Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Prof. Doutor RICARDO BRANCO

Turma TAN

PROGRAMA

I. OBJETO/OBJETOS DA DISCIPLINA E MÉTODO

- 1. Direito dos recursos naturais e das energias renováveis: o enlace dos recursos naturais e das energias renováveis numa única disciplina jurídica e as razões do mesmo**

- 2. Conceito e classificações dos recursos naturais no quadro jurídico**
 - 2.1. O conceito de recursos naturais e a distinção de figuras afins
 - 2.2. Classificações dos recursos naturais
 - 2.2.1. Classificação quanto ao conteúdo
 - 2.2.1.1. Recursos geológicos: sua regulação jurídica
 - 2.2.1.1.1. Rochas, com uso ornamental ou de extração de inertes
 - 2.2.1.1.2. Minérios e depósitos minerais
 - 2.2.1.1.3. Águas minerais naturais e minero-industriais, com uso na alimentação humana e no termalismo
 - 2.2.1.1.4. Fluidos e formações geológicas do subsolo de temperatura elevada, que pela sua raridade, alto valor específico ou importância na aplicação em processos industriais, se revestem de valor para a economia, com uso nomeadamente energético
 - 2.2.1.2. Recursos pedológicos, i.e., solos (categoria que inclui os elementos minerais, matéria orgânica, organismos vivos, ar e água presentes na camada superficial da Terra) que, pelas suas características naturais ou modificadas, se revestem de interesse agro-florestal
 - 2.2.1.3. Recursos hídricos e sua regulação jurídica
 - 2.2.1.4. Recursos biológicos, incluindo organismos, populações ou qualquer outro tipo de componente biótico dos ecossistemas de valor ou utilidade atual ou potencial para a humanidade, nomeadamente por propiciarem a regulação química da atmosfera, a regulação da biodiversidade, a proteção dos solos, a exploração

económica da floresta, a caça/pesca/aquicultura, usos medicinais, e a produção de energia (biomassa): identificação das sedes regulativas

2.2.1.5. Recursos climáticos com funcionalidades no domínio da produção de energia (eólica, solar e fotovoltaica): remissão da explicitação da respetiva regulação para o tratamento jurídico das energias renováveis

2.2.1.5.1. Radiações solares

2.2.1.5.2. Vento

2.2.1.5.3. Chuva e temperatura

2.2.2. Classificação quanto à disponibilidade: recursos naturais renováveis e não renováveis/finitos ou esgotáveis, consoante possam ser, ou não, regenerados num horizonte temporal economicamente significativo, independentemente de qualquer intervenção humana.

2.2.3. Classificação quanto à importância estratégica: recursos naturais de importância estratégica global, supranacional, nacional, regional e local.

3. As energias renováveis como funcionalidade produzida pelos recursos naturais com conteúdo apto à produção de energia e disponibilidade renovável: do respetivo enquadramento jurídico

3.1. Das fontes de regulação jurídica das energias renováveis

3.1.1. Direito da União Europeia

3.1.2. Direito Nacional

3.2. Da qualificação jurídica dos recursos naturais como recursos naturais renováveis de cuja exploração podem resultar energias renováveis

3.2.1. Recursos hídricos

3.2.2. Recursos climáticos

3.2.3. Gases renováveis

3.2.4. Biomassa e biocombustíveis

3.3. Do enquadramento jurídico da resultante de energia produzida

3.3.1. Energia elétrica

3.3.2. Outros tipos de energia de que resulta a mobilidade de transportes, o aquecimento, o arrefecimento e o processamento

4. A teleologado Direito dos Recursos Naturais e das Energias Renováveis: proteção do ambiente e sustentabilidade ambiental, sua proteção internacional e constitucional

5. **O método: das classificações e funcionalidades dos recursos naturais para os respetivos regimes jurídicos**

II. OS REGIMES JURÍDICOS APLICÁVEIS AOS RECURSOS NATURAIS NÃO PRODUTORES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

1. Recursos geológicos

- 1.1. O regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional
- 1.2. O regime jurídico aplicável à atividade de pedreiras
- 1.3. A necessária conjugação com o regime jurídico da utilização do domínio público terrestre

2. A Lei da Água ([Lei n.º 58/2005](#), de 29 de dezembro) e no Regime de Utilizações dos Recursos Hídricos ([Decreto-Lei n.º 226-A/2007](#), de 31 de maio)

3. O regime jurídico da exploração de hidrocarbonetos

4. Da legislação aplicável à exploração florestal

5. Da legislação sobre pescas

6. Outros exemplos

4. O direito venatório

III. EM ESPECIAL: O DIREITO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

1. Enquadramento internacional e da União Europeia

2. As tendências da política legislativa europeia e nacional: fomento da produção de energias renováveis, seus avanços e recuos

3. O Direito das Energias Renováveis como resultante de uma política pública de transição energética tendente ao uso exclusivo ou quase exclusivo de energias renováveis

3.1. Os incentivos à produção: história e atualidade

3.2. O estabelecimento jurídico de metas de incremento

3.3. A imperatividade de um regime mais ágil de controlo prévio da respetiva produção

3.4. O caso especial da regulação jurídica do autoconsumo de energia elétrica de fontes renováveis

4. Em especial: da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis

4.1. Regime procedimental de controlo prévio

4.2. Remuneração

5. Em especial:

- 5.1. O regime das centrais eólicas
- 5.2. O regime da produção de electricidade a partir da energia das ondas
- 5.3. O regime das centrais fotovoltaicas
- 5.4. O regime das centrais mini-hídricas
- 5.5. O regime das centrais dedicadas a biomassa florestal
- 5.6. O regime dos biocombustíveis

IV. A NATUREZA DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS ESTUDADOS E OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS DOGMATIZÁVEIS NO

CONTEXTO DIREITO DOS RECURSOS NATURAIS E DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

1. NATUREZA DOS INSTRUMENTOS

- 1.1. Instrumentos dominiais
- 1.2. Instrumentos de estrita polícia administrativa
- 1.3. Instrumentos de contratação pública
- 1.4. Instrumentos fiscais

2. Os princípios jurídicos direta ou indiretamente resultantes da regulação

- 2.1. Uso sustentável com vista ao aproveitamento pelas gerações vindouras
- 2.2. Uso ambientalmente sustentável
- 2.3. Princípio da precaução
- 2.4. Princípio da equidade intergeracional
- 2.5. Princípio da promoção do bem-estar económico, social e ambiental das populações
- 2.6. Aproveitamento eficiente e racional
- 2.7. Princípio da planificação
- 2.8. Princípio da tendencial titularidade pública das fontes e da tendencial dominialidade pública das respetivas áreas de implantação
- 2.9. Princípio da economia circular

BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (coord. Carla Amado Gomes), *O Direito da Energia em Portugal: cinco questões sobre o "estado da arte"*, e-book do ICJP, 2016, disponível em http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_energia_2016_icjp_pt.pdf.

AA. VV. (coord. Suzana Tavares da Silva), *Estudos de Direito da Energia* n.º 0, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014, edição da Imprensa da UC de 2017, em particular, os seguintes artigos:

ARAGÃO, Alexandra, *Energia renovável sustentável: como superar o paradoxo energético*

CARVALHO, Ana Celeste, *Uma relação pouco harmoniosa: o Ambiente e as actividades de Produção, Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica*

ABECASIS, Duarte/FREITAS, Lourenço Vilhena de, *A inconstitucionalidade da aplicação da Portaria n.º243/2013, de 2 de Agosto aos centros electroprodutores em regime especial sujeitos a regimes de remuneração garantida anteriores ao Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de Outubro*, in *e-Pública Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 1, 2014, disponível em <http://e-publica.pt>

Alvès, Carlos-Manuel, «*La promotion des énergies marines renouvelables par le droit de l'Union européenne : lame de fond ou simple vogue?*», in *La mer: droit de l'Union européenne: droit international/LoicGrard*. - 1ª ed. - [Paris]: Pedone, [copy. 2018]. - pp. 139-157.

BASTOS, Fernando Loureiro, *A internacionalização dos recursos naturais marinhos: contributo para a compreensão do regime jurídico-internacional do aproveitamento conjunto de petróleo e de gás natural nas plataformas continentais, do potencial aproveitamento de recursos minerais na área, da pesca no alto mar e os efeitos da regulamentação convencional respectiva em relação a terceiros Estados*, Lisboa:AAFDDL, 2005.

CAMPOS, Diogo Duarte de/BRANDÃO, Joana/PINTO, Rui Vasconcelos, *Os (novos) desafios das concessões municipais de distribuição de electricidade em baixa tensão: breve apreciação crítica da Lei n.º 31/2017, de 31 de maio*, in *Revista de Direito Administrativo* n.º 6 (set.-dez. 2019), pp. 38-51.

CASTRO, Paulo Canelasde, *The global challenge of sustainable water management: international and European Union law responses*, in *Temas de Integração* n.º25 (1.ºsem.2008), pp.95-133.

CORTEZ, Frederico, *A securitização da acessibilidade das bacias oceânicas e os protecionismo energético vs. alterações climáticas: meras consequências ou momentos finais de civilização (entrevista ao Contra-Almirante José Campos)*, in *Revista de Direito e Segurança*, ano 5, n.º 9 (jan.-jun. 2017), pp. 187-230.

DELGADO, Joana Albernaz, *Histórias da terra e do mar: pensar o ordenamento do espaço marítimo no quadro do ordenamento do território*, in: *Direito do Mar: Novas Perspetivas* (coords. M.G. Garcia/A. Cortês/A. Rocha), Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016, pp. 155-205.

Fehling, Michael, «Energy transition in the European Union and its Member States : interpreting federal competence allocation in the light of the Paris Agreement», in *Transnational Environmental Law*, v.10 n.2 (July 2021) - pp.339-363.

GOMES, Carla Amado, *O ambiente como objecto e os objectos do direito do ambiente*, in *Revista jurídica do urbanismo e do ambiente*.^{os}11-12 (Jun.-Dez. 1999), pp.43-68.

GOMES, Carla Amado, *Responsabilidade intergeracional e direito ao (ou dever de?) não uso dos recursos naturais*, in *Revista do Ministério Público* 37:145 (Jan.-Mar. 2016), pp.75-99.

GOMES, Carla Amado, *Instabilidade regulatória no domínio das energias renováveis*, in AA. VV. (coord. Caio César Torres Cavalcanti), *O Direito da Energia no contexto ibero-brasileiro*, Rio de Janeiro: Synergia, 2017, pp. 141-166.

HÖHN, Hans-Joachim, *Natur und Gesellschaft: perspektiven einer ökologischen soziaethik*, in *Revista portuguesa de filosofia* 5:3 (2003), pp.743-762.

KAHN, J. R., *The Economic Approach to Environmental and Natural Resources*, 2.^a ed., The Dryden Press, Fort Worth, 1997.

LOPES, Dulce, *Notas escolhidas sobre a concretização judicial e as alterações legislativas ao regime jurídico florestal*, in AA. VV. (coord. Fernanda Paula Oliveira), *O urbanismo, o ordenamento do território e os tribunais*, Coimbra: Almedina, 2010, pp. 65-90.

LOPES, Dulce, *Direito europeu das florestas*, in AA. VV. (coord. Carla Amado Gomes), *No ano internacional das florestas*, Lisboa: ICJP, 2011, pp. 29-43, disponível em <http://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/3730/view>.

Maniatis, Antoine, «L'énergie renouvelable dans le cadre de la directive 2018/2001/UE», in *Revue Internationale de Droit Comparé*, a.74 n.2 (avril-juin 2022) - pp.461-478.

MONIZ, Ana Raquel Gonçalves, *Do aproveitamento dos recursos naturais da orla costeira*, in *Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente* 12:24 (2009), pp.37-56.

Mormann, Felix, «Of markets and subsidies : counter-intuitive trends for clean energy policy in the European Union and the United States», in *Transnational Environmental Law*, v.10 n.2 (July 2021) – pp.321-337.

OLIVEIRA, Fernanda Paula/LOPES, Dulce, *Breves notas sobre algumas das alterações na «legislação das florestas»: em especial, a alteração ao artigo 16º do Decreto-Lei n.º 124/2006*, in *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 21 (jan-mar. 2019), pp. 29-59.

RAMOS-PEREIRA, A./Zêzere, J.L./Morgado, P., *Os Recursos Naturais Em Portugal: Inventariação E Proposta De Um Modelo Geográfico De Avaliação*, texto disponível em [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD X Coloquio Iberico Geografia/pdfs/089.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/089.pdf).

ROSENBLOOM, Jonathan, *Defining nature as a common pool resource*, in *Environmental law and contrasting ideas of nature: a constructivist approach*(ed. Keith H. Hirokawa), Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 47-63.

RUSCHE, Tim Maxian, *EU Renewable Electricity Law and Policy. From Political Targets to a Common Market*, Cambridge: CUP, 2018.

SANTOS, Filipe Matias, *Regulação do setor energético*, in AA. VV. (coords. Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Rute Saraiva/Fernanda Maças), *Garantia de direitos e regulação: Perspectivas de Direito Administrativo*, Lisboa: AAFDL, 2020, pp. 1213-1246.

SILVA, Suzana Tavares da, *O Uso de Recursos Renováveis na Energia. A revisitación do princípio jurídico-constitucional da protecção da confiança legítima dos investidores a pretexto dos modelos de financiamento da produção de energia eléctrica a partir de FER*”, in AA. VV. (coord. Suzana Tavares da Silva), *Desafios Actuais em Matéria de Sustentabilidade Ambiental e Energética*, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 73-95.

SILVA, Suzana Tavares da, *O princípio da sustentabilidade económica e financeira do sistema eléctrico liberalizado sob regulação especial*, in *Actas del XI Colóquio Hispano-Portugués de Direito Administrativo*, 2015, pp. 93-112.

SILVA, Suzana Tavares da, *Sustentabilidade energética: entre os direitos subjectivos e a juridicização das políticas públicas*, in AA. VV. (coords. Isabel Maria Freitas Valente/Ana Maria Reis Ribeiro), *Ambiente, Energias e Alterações Climáticas – III. Ambiente e desenvolvimento sustentável. A nossa escolha, o nosso futuro!*, n.º 3 da Coleção Ambiente, Energias e Alterações Climáticas, coord. de Isabel Maria Freitas Valente e Ana Maria Reis Ribeiro. Aveiro (artigo disponível *on-line*).

Val, Eduardo Manuel/Eccard, Wilson Tadeu de Carvalho/Eccard, Wilson Danilo de Carvalho, «da Economia circular, direito e ética em Amartya Sen», in *Direito na lusofonia: direito e novas tecnologias / [coordenadores] Clara Calheiros... [et al.]; revisão Diana Coutinho. - 1ª ed. - [Braga]: [Escola de Direito da Universidade do Minho], [2018]. - pp. 71-83.*

VIOQUE, Roberto Galán, *El uso de recursos renovables en la energía*, in AA. VV. (coord. Suzana Tavares Da Silva), *Desafios Actuais em Matéria de Sustentabilidade Ambiental e Energética*, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 97-124.